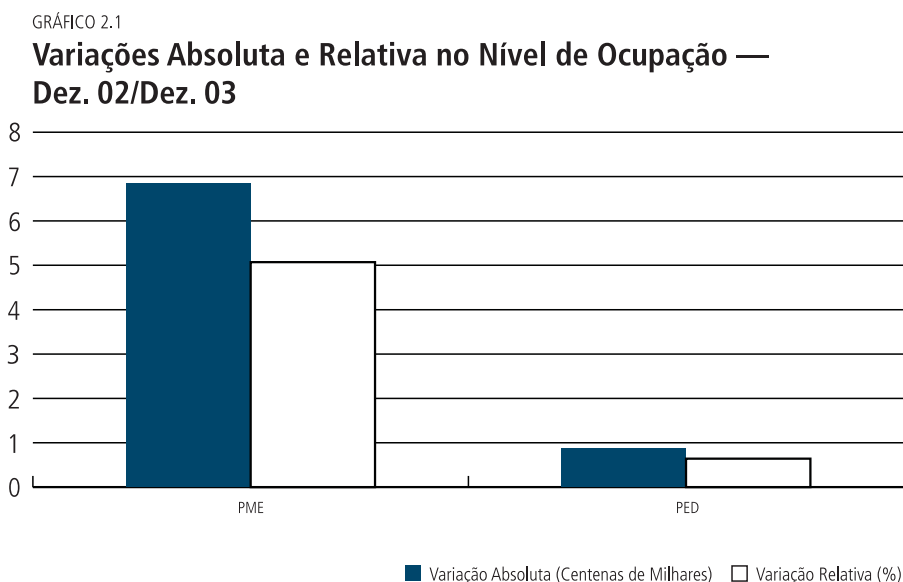


## 2 EMPREGO E RENDA

No ano passado, a evolução do mercado de trabalho constituiu uma nota dissonante quando confrontada com o bom desempenho das contas externas, da política fiscal e do nível de preços, acompanhando de certa forma a trajetória dos indicadores do nível de atividade econômica. De fato, tanto o aumento verificado na taxa de desemprego quanto a continuidade da queda dos rendimentos médios reais marcaram negativamente o ano de 2003, deixando ainda preocupações quanto ao que irá ocorrer em 2004.

Nesse sentido, ao contrário das previsões — praticamente unânimes — de uma aceleração do crescimento do PIB, as perspectivas do mercado de trabalho não são tão claras, tanto por inexistirem modelos capazes de produzir estimativas confiáveis, quanto pela dificuldade de interpretar certos resultados das pesquisas de emprego, em termos do que efetivamente ocorreu em 2003 (ver Gráfico 2.1).

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, a ocupação média de março a dezembro de 2003, nas seis maiores regiões metropolitanas do país, foi 4,5% maior que em igual período de 2002,<sup>1</sup> taxa idêntica à verificada no final do ano, na comparação com dezembro do ano anterior. Considerando a estagnação do PIB em 2003, esse aumento é verdadeiramente extraordinário. Contudo, se forem levados em conta os dados



1. Segundo a nova metodologia da PME, só a partir de março de 2002 existem dados para o conjunto das seis regiões metropolitanas (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Rio de Janeiro).

da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que não incluem o Rio de Janeiro, levantados pelo Dieese naquelas regiões metropolitanas em que o levantamento da PME também é aplicado (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador), o panorama que se desenha — em termos da evolução da ocupação — é bem distinto: se, para a PME nessas cinco regiões o crescimento médio foi de 4,7% no período março-dezembro de 2003, relativamente aos mesmos meses de 2002 (um pouco superior, portanto, ao encontrado quando a região metropolitana do Rio de Janeiro também é considerada), o crescimento estimado a partir dos dados da PED é de apenas 0,6%.

A divulgação dos dados da PME para o mês de janeiro do corrente ano contribuiu para reconciliar, em boa medida, essas indicações discrepantes. Conforme destacado no Gráfico 2.2, a queda da ocupação em janeiro de 2004 *vis-à-vis* dezembro de 2003 ajuda a caracterizar o comportamento atípico do final de 2002 no âmbito da PME, quando a pesquisa registrou uma retração significativa da ocupação no mês de dezembro, seguida de uma expansão também expressiva em janeiro, o que, a princípio, contraria o padrão sazonal de comportamento do mercado de trabalho.<sup>2</sup> De fato, quando se comparam os meses de janeiro de 2004 e de 2003, a variação de 12 meses cai de 4,5% para 1,4%! Assim, mesmo que permeado por um certo grau de arbitrariedade, parece mais apropriado utilizar esses meses para descrever o desempenho do mercado de trabalho em 2003.

Comparando, então, a ocupação em janeiro de 2004 com a de janeiro de 2003, verifica-se a existência de algumas sinalizações preocupantes, conforme mostrado no Gráfico 2.3 a seguir. Por um lado, enquanto o nível total da ocupação cresceu o equivalente a 253 mil empregos, o número de trabalhadores com carteira assinada encolheu (-60 mil). Por outro, houve uma grande elevação no número de “subocupados por insuficiência de renda”,<sup>3</sup> superior inclusive à elevação no total de ocupados.<sup>4</sup> Essas indicações sugerem que a expansão do emprego se deu em grande parcela a expensas da deterioração da qualidade dos postos de trabalho, colocando em xeque a sua consistência.

Não obstante essa constatação, analisando os dados da ocupação ao longo do ano passado, chama a atenção a mudança no desempenho entre os dois semestres: enquanto de janeiro a julho o mercado parece estagnado, com a geração de não mais que 88 mil postos de trabalho ao longo desses seis meses, no segundo semestre o crescimento mensal passa a ser expressivo (com exceção do mês de outubro), superando 550 mil postos de julho a dezembro, o que pode ser entendido como um sinal de reaquecimento do mercado de trabalho na esteira do início do processo de recuperação econômica.

Essa visão mais alentadora pode vir a se confirmar como tendência no futuro próximo, mas é importante manter em mente as qualificações anteriores, de modo a permitir melhor calibrar as expectativas nessa frente. Isso porque a retomada do assalariamento com carteira no segundo semestre foi ainda tímida (menos de 100 mil postos), e nos últimos

2. É verdade que a metodologia da PME mudou e ainda é cedo para que se tenha conhecimento mais profundo do seu padrão sazonal. Não há razão, todavia, para crer que ele seja muito diferente daquele da “antiga” PME (que indica crescimento em dezembro, último mês em que foi levada a campo). Tanto é verdade que o conjunto das PEDs apontou um crescimento do emprego naquele mês, e a própria “nova” PME indicou elevação em dezembro de 2003.

3. O IBGE denomina este contingente sub-remunerados, que expressa o conjunto de trabalhadores que têm uma remuneração horária inferior ao salário mínimo/hora (*grosso modo*, R\$ 1,50/hora).

4. Uma possível explicação para esse comportamento é que a debilitação do mercado tenha agravado a restrição da renda familiar, contribuindo para impelir a entrada de membros secundários da família na força de trabalho em postos de trabalho de qualidade bastante precária em termos de remuneração.

GRÁFICO 2.2

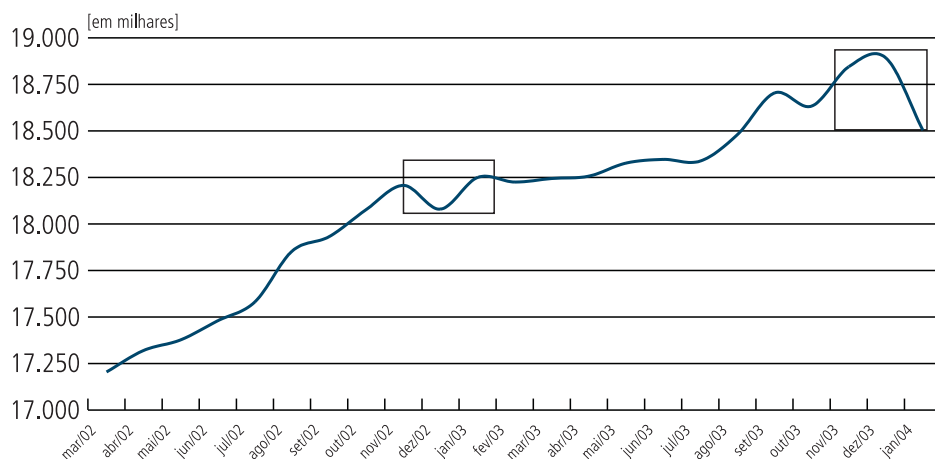
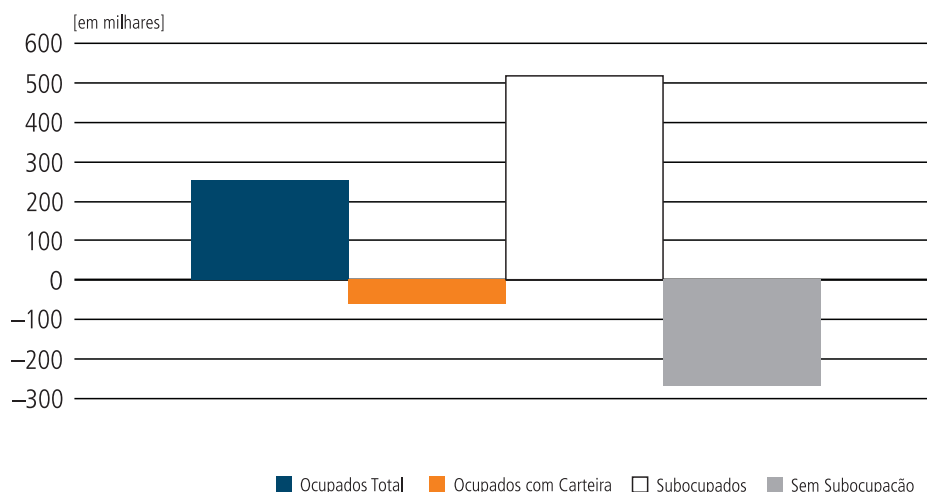
**Evolução do Nível de Ocupação**

GRÁFICO 2.3

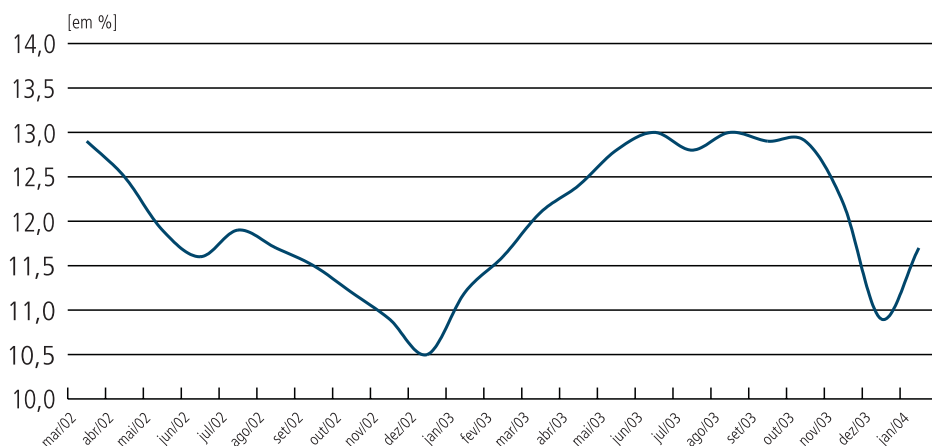
**Variação da Ocupação — Jan. 03/Jan. 04**

meses do ano a subocupação por insuficiência manteve-se estável, depois de diminuir ligeiramente de julho a setembro.

A taxa de desemprego em janeiro de 2004 chegou a 11,7%, superando a de janeiro de 2003, que foi de 11,2%, o que ocorre pelo nono mês consecutivo — é bem verdade que a diferença já foi bem maior, tendo sido superior a um ponto percentual em agosto, setembro, outubro e novembro de 2003 (Gráfico 2.4).<sup>5</sup> É claro que essa, ainda que modesta, “recuperação” da taxa de desemprego deve-se em parte ao desempenho mais recente da ocupação, mas também, como será discutido mais adiante, é fruto do final de um período em que a oferta de trabalho exerceu uma forte pressão.

5. Para a RMSP, a PED indica uma elevação de 11,2% para 11,9% na taxa de desemprego entre janeiro de 2003 e 2004, enquanto a PME aponta uma estabilidade em 13%.

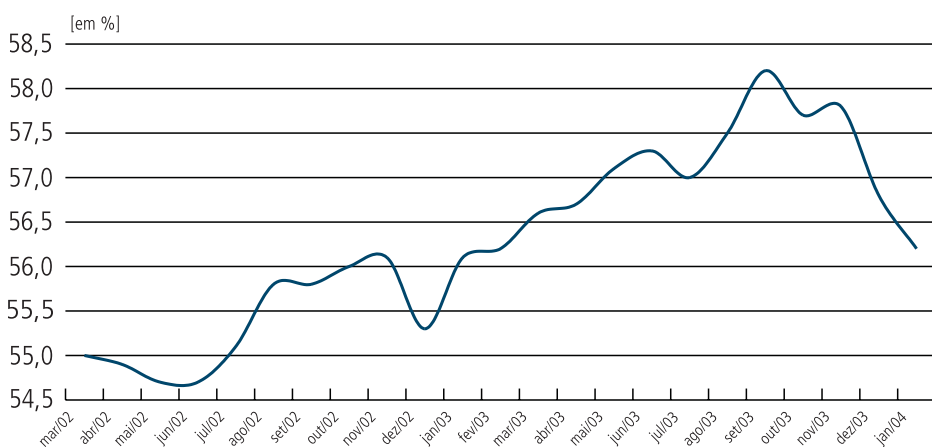
GRÁFICO 2.4

**Evolução da Taxa de Desemprego**

O número de desempregados atingiu 2,44 milhões em janeiro último, o que representou uma elevação da ordem de 140 mil pessoas em relação a dezembro e 150 mil na comparação com janeiro de 2003. Em ambos os casos, quase 100 mil possuíam 11 ou mais anos de escolaridade, e, no primeiro, cerca de metade do total estava na região metropolitana de São Paulo (RMSP). O que merece ser ressaltado é que o número de desocupados caiu sensivelmente nos últimos meses, depois de ter ficado próximo a 2,8 milhões entre agosto e outubro do ano passado. De novo, este é um fato alentador, e que pode ser intensificado se a pressão da oferta vier a arrefecer nos próximos meses.

Olhando, então, para o lado da oferta, é possível perceber no Gráfico 2.5 que, segundo a PME, a taxa de participação sofreu uma nítida mudança de patamar ao longo da maior parte de 2003, tendo atingido em setembro o pico de 58,2%. Essa marca situa-se 2,4 pontos percentuais acima do nível de setembro de 2002, implicando um crescimento da PEA cerca de três vezes maior que o determinado pela simples expansão demográfica. É

GRÁFICO 2.5

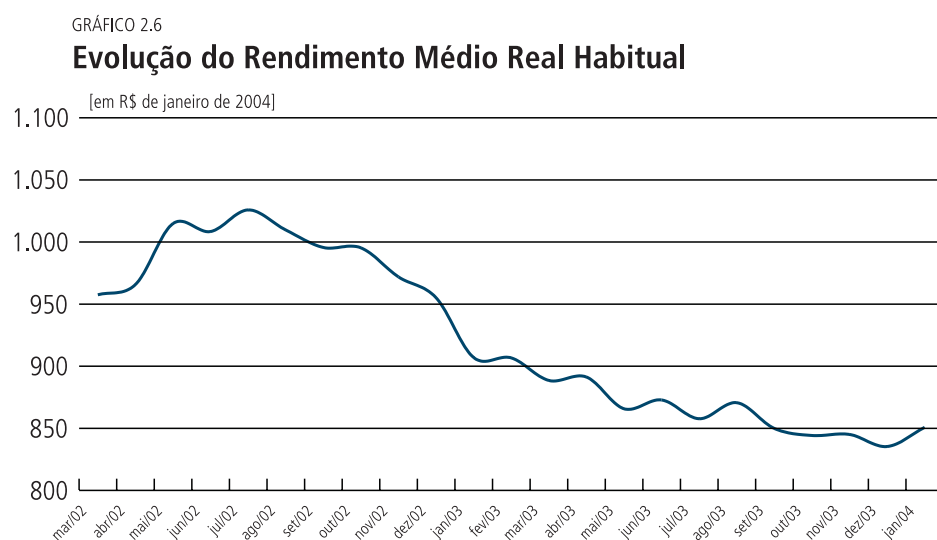
**Evolução da Taxa de Participação**

importante destacar que o aumento na taxa de participação foi maior entre jovens de 15 a 17 anos, pessoas com mais de 50 anos e entre as mulheres, tendo atingido de 3 a 4 pontos percentuais em meados do ano passado para os três grupos, o que reforça a idéia da ida, em maior escala, de membros secundários ao mercado de trabalho para auxiliar a recompor a renda familiar.

Embora não se possa afirmar que a diminuição dessa pressão, observada a partir de outubro passado, venha ser a tônica em 2004, o dado de janeiro último — para todos efeitos práticos, igual ao de janeiro de 2003 — torna legítimo esperar que, pelo menos, a forte pressão do lado da oferta sobre a taxa de desemprego não venha a se repetir. Nesse caso, as expectativas para a evolução da taxa de desemprego ficariam então na dependência direta do desempenho exibido pela ocupação. Uma perspectiva mais otimista é a de que um aumento da geração de “bons” postos de trabalho induza uma retirada da força de trabalho de parte dos indivíduos que nela ingressaram em função do agravamento da restrição da renda familiar, pavimentando o caminho para quedas naquela taxa.

No que diz respeito à evolução dos rendimentos médios reais, os números de 2003 não deixam margem a dúvidas quanto à gravidade da deterioração havida. Segundo a PME, a média mensal dos rendimentos reais habitualmente recebidos ao longo do ano passado foi sempre muito inferior à do mesmo mês em 2002, com o pico negativo tendo ocorrido em julho (-16,4%). Nos últimos meses do ano há uma aparente estabilização em torno de R\$ 850, que se mantém no início de 2004 (ver Gráfico 2.6). É verdade que se trata de um patamar baixo — no meio de 2002 a média era superior a R\$ 1.000 — e por isso mesmo insatisfatório, mas a estabilização recente pode ser um indício de que a pior fase da corrosão dos rendimentos tenha ficado para trás.

Ilação semelhante pode ser feita a partir dos dados sobre a evolução dos rendimentos médios reais efetivamente recebidos, que são apresentados no Gráfico 2.7 a seguir para o total de ocupados e para o subconjunto de trabalhadores assalariados com carteira. A variação percentual desses rendimentos em relação ao valor do mesmo mês do ano anterior foi muito negativa no período de abril a outubro, mas passou a declinar nos últimos dois meses do ano, tanto para o total quanto para os trabalhadores com carteira. Vale notar, a corrosão



é sistematicamente maior para o total de ocupados, o que se justifica em função de estarem aí presentes os trabalhadores não protegidos pela legislação trabalhista e, portanto, mais vulneráveis a remunerações abaixo do marco legal.

Nesse sentido, a evolução da subocupação por insuficiência de renda terá um papel de destaque no comportamento dos rendimentos reais em 2004. Caso os indícios de recuperação do mercado de trabalho já citados se confirmem, é possível que ocorra um efeito composição de sentido contrário ao verificado no ano passado: a criação de empregos “bons” aliviará a gravidade da restrição de renda familiar e permitirá que os membros secundários que detêm ocupações de baixa remuneração deixem a força de trabalho, fornecendo impulso adicional à elevação dos rendimentos médios.

GRÁFICO 2.7

### Varição de 12 Meses no Rendimento Real Efetivamente Recebido

